

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS GREVES DE PROFESSORES DE 2015 EM SÃO PAULO E PARANÁ.

CONSIDERATIONS ABOUT 2015 TEACHERS' STRIKES AT SÃO PAULO AND PARANÁ (BRAZIL).

¹CONCEIÇÃO, T. C.; ¹CRUZ, F. A.; ¹GENEROSO, J. O.; ¹GOMES, F. R.; ¹JUNIOR, V. G.;
¹PEREIRA, E. C.; ¹PEREIRA, M.C.; ¹PERES, T. S.; ¹SCISLOSKI, J. ; ¹SILVA, M. L.; ²MACHADO
JUNIOR, L. B. S.

¹Discente do Departamento de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM

²Docente do Departamento de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM

RESUMO

Este trabalho é fruto dos debates realizados nas supervisões do estágio em formação em Psicologia Escolar e Educacional das Faculdades Integradas de Ourinhos. Realizamos discussão sobre os movimentos grevistas na educação estadual de São Paulo e Paraná em 2015, considerando que a compreensão da instituição escolar, necessária ao desenvolvimento da prática em psicologia nesse espaço, necessariamente passa pelo entendimento das políticas públicas que lhe são pertinentes e pelos movimentos sociais que lutam pela sua melhoria. Compreendemos que os Estados em questão são guiados pela visão neoliberal de Estado, o que se reflete na precarização do trabalho educacional e no sucateamento do ensino.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This research emerges from debates made at educational psychology trainee supervisions at Faculdades Integradas de Ourinhos. We made discussions about strikes on public schools from Sao Paulo and Parana (Brazil) in 2015 considering that understanding about educational institution comprehends study of its public policies. Our vision is those States are guided by a neoliberal vision, concurring for educational work precariousness and high school decrease of conditions and structure.

Key words: Public Policies. Education. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações, atividades e projetos que são desenvolvidos pelo Estado de maneira direta ou indireta. Compreende-se que o Estado busca implantar projetos voltados para setores específicos como educação, saúde, esporte, meio-ambiente entre outros.

Peters (1986) afirma que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Pode-se resumir, ainda, como Políticas Públicas:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus

propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

As ações do governo poderão se dar nos campos em que se tem interesse na melhoria de alguma ação ou para desenvolver um programa, podendo obter mudanças e resultados desejáveis na sociedade, objetivando a implementação, execução e avaliação de tais projetos.

Em relação a Políticas Públicas, Azevedo (2003) apontou a existência de três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias.

Toda e qualquer ação do governo consiste em apoiar financeiramente os equipamentos de serviços públicos. Nas políticas redistributivas podemos encontrar a bolsa-escola, a cesta básica, as subvenções a energia elétrica, entre outros. Observa-se nas distributivas as podas de árvores, reparos em creches ou instituições, implementação de um projeto ambiental, oferta de equipamento e serviço público, sempre de forma pontual ou setorial e seu financiamento é feito pela sociedade através de orçamento geral do Estado.

No que se refere ao tipo de políticas públicas regulatórias, há que se considerar a elaboração das leis que autorizarão os governos a fazerem ou não determinada política pública, sendo essencialmente o campo de ação do poder legislativo.

Ao definirmos políticas públicas estamos nos referindo a uma significativa parcela da população que lhe cabe: os setores desfavorecidos economicamente. Atualmente, destacam-se neste setor o crescimento de políticas públicas para um público alvo e específico, os jovens, relatado por Abramovay (2002), como veremos a seguir, em uma breve definição, no que se refere a juventude.

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados problemas sociais, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda, e assim, novas formas de pensar a juventude surgem.

Sposito (2003) nos diz que a sociedade pode cair em um contexto “perigoso” a respeito da visão construída sobre os jovens, podendo essas políticas modulá-los em imagens construídas pela própria sociedade e fazendo com que se criem novas representações das imagens dessa juventude.

Cabe à sociedade não apenas presenciar os programas de políticas públicas, mas efetivamente se envolver e compreender sua importância de implementação dentro da sociedade, como nos mostra Abramovay (2002). Zelando com o que é público e exercendo sua cidadania, não se submetendo a qualquer imposição do governo, nem tampouco minimizar o papel do Estado, pois lhe cabe legislar, administrar e implementar políticas públicas em conjunto com a sociedade civil.

A educação, entendida como política pública vem sendo moldada conforme os preceitos de um Estado neoliberal, particularmente nos estados de São Paulo e Paraná, nos quais se encontram no poder grupos simpáticos ao neoliberalismo.

MÉTODOLOGIA

Este trabalho é fruto dos debates realizados nas supervisões do estágio em formação em Psicologia Escolar e Educacional das Faculdades Integradas de Ourinhos. Realizamos discussão sobre os movimentos grevistas na educação estadual de São Paulo e Paraná em 2015, considerando que a compreensão da instituição escolar, necessária ao desenvolvimento da prática em psicologia nesse espaço, necessariamente passe pelo entendimento das políticas públicas que lhe são pertinentes e pelos movimentos sociais que lutam pela sua melhoria.

Fizemos breve revisão bibliográfica sobre políticas públicas e neoliberalismo, além de acompanharmos o desenrolar das greves através de páginas de notícias da Internet. O que apresentamos é uma perspectiva de nossas discussões a respeito.

DESENVOLVIMENTO

Para compreendermos o neoliberalismo é preciso analisarmos como se chegou a essa forma de administração pública. Martins (1997) aponta como primeiro momento o Estado Absolutista, que pensava em formar súditos. Sua forma de educar trazia como foco os elementos rudimentares e seu conteúdo era definido a partir dos interesses da classe dominante.

Diante de profundas mudanças político-econômicas que iam se estabelecendo, especialmente na Europa, começou-se a pensar a educação também de forma liberal, assim, os interesses da burguesia passaram a ter menos influência na educação e a entender que os indivíduos são livres, e, ainda que não

tenham terra, tem a posse sobre seu corpo e seu trabalho. Dessa forma passou-se a priorizar as habilidades individuais por entender que todos devem ter a possibilidade de ascender socialmente, considerando as oportunidades supostamente iguais que são oferecidas a todos. Contrário ao Estado Absolutista, o que se propõe é uma escola laica e gratuita que se amplia para atender a maioria da população.

Em sua forma histórica, o liberalismo nasce com uma formulação teórica que defende um Estado constitucional, em que a autoridade central exercida nas formas do direito e com garantias jurídicas preestabelecidas. Assim o Estado tem como função principal a instituição de um Estado jurídico, no qual a liberdade de cada um possa coexistir com os outros segundo um conjunto de leis expressas num código ou numa constituição. (TEIXEIRA, 1996).

O neoliberalismo surge após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos da América e parte da Europa onde o capitalismo já havia se instalado como novo sistema econômico. Ele nasce como uma reação ao modelo de desenvolvimento existente, e passa a ser a principal força estruturadora do processo de acumulação de capital e desenvolvimento social. Os neoliberais passaram a atacar as limitações dos mecanismos estatais de controle de mercado, alegando que essas limitações eram uma ameaça a liberdade econômica e política. A partir deste ponto de vista, os neoliberais afirmam que o mercado é a única instituição capaz de coordenar os problemas sociais, sejam eles econômicos ou políticos, e conseqüentemente um mecanismo indispensável para solucionar problemas de emprego e renda social. (TEIXEIRA,1996).

O Estado Neoliberal se instala em um momento de recessão econômica, assim, como nos traz Martins (1997), na busca por alternativas para esse problema passou-se a ver o Estado como responsável pela crise e por sua ineficiência e acreditar que o setor privado tem as respostas certas para tal crise, seu mote é incentivo a privatizações, abertura da economia e redução do estado.

De acordo com Sader e Gentili (1905), a Política Neoliberalista tem como precursores os economistas Milton Friedman e Friedrich A. Hayeck. O Neoliberalismo pode ser entendido como uma vertente política e econômica que restringe a participação do Estado na economia. O princípio é o livre mercado, um tipo de liberdade de comércio que, de acordo com suas ideologias, garante o

crescimento sócio-econômico do país. Há pouca interferência do governo no comércio, seguindo uma política de privatização das empresas gerenciadas pelo Estado, deixando-o mais eficiente com o objetivo único de desenvolver a economia com base em empresas privadas.

Embora o neoliberalismo tenha surgido como uma reação localizada ao intervencionismo do Estado, ele cresce e alcança a escala mundial. Com os efeitos da Segunda Guerra começa um processo de sincronização internacional, de tal forma que seus movimentos conjuntos possam afetar qualquer país. Este processo chega ao ponto máximo em seu desdobramento, com a mundialização dos circuitos financeiros, que criam um único mercado financeiro, virtualmente livre de qualquer ação de governos nacionais. Assim, a transnacionalização do sistema capitalista de produção representou a morte do Estado, seu poder de fazer políticas econômicas e sociais que sejam autônomas e soberanas. (TEIXEIRA, 1996).

Esse contexto histórico em que nasce o neoliberalismo transforma a teoria neoliberal numa teoria de alcance prático universal. Seu programa de ação, que é fazer do mercado a única instância a partir de onde todos os problemas da humanidade podem ser resolvidos, torna-se, por isso mesmo, um credo mundial que deve ser abraçado por qualquer país. Dessa perspectiva, acredita-se que o melhor caminho para falar desse programa é pôr a descoberto os princípios filosóficos da teoria que lhe dá sustentação, que lhe dá legitimidade discursivo-ideológica. (TEIXEIRA, 1996, p. 1).

O neoliberalismo passou a ser conhecido no Brasil, a partir do governo de Fernando Collor de Mello, seguido de Fernando Henrique Cardoso, no início da década de 1990. Este encorajou a privatização de diversas empresas estatais, utilizando esse dinheiro para manter o real ao nível da moeda estadunidense. No entanto, o neoliberalismo no Brasil era exercido de forma mais restrita e propunha a implementação política da oferta para que se possa aumentar a produtividade e a economia local.

Desse modo, nos anos 1990, o liberalismo:

(...) que já havia adentrado na maior parte da América Latina implanta-se no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da "Era Liberal" no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado

tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (FILGUEIRAS, 2000, p. 83-84).

Em uma nova mudança social, diante das grandes diferenças sociais que ficavam cada vez mais acentuadas, buscando atender as exigências do mercado por mão-de-obra qualificada, passou-se a pensar na escola como sendo preparatória da formação de profissionais especializados. Nesse momento o Brasil recebeu, através de acordos, ajuda financeira dos Estados Unidos. Isso implicou na forma como a escola se apresentava, como uma organização que busca a racionalidade, a eficiência e a objetividade num modelo *taylorista*.

Do ponto de vista neoliberal, a educação deve ser priorizada com intuito de formar pessoas capacitadas para o mercado de trabalho, a fim de serem incluídas numa sociedade de consumo e cidadania, gerando mais consumidores. Com o intuito de garantir estabilidade na política pública do país, a escola oferece uma educação que atenda aos interesses que reproduzem as relações sociais capitalistas, contando com a submissão dos cidadãos para perpetuar sua governabilidade (ANDRIOLI, 2002).

Segundo Andrioli (2002), o cenário atual da educação traz algumas novidades, porém, os fundamentos aos quais está submetido, estão presentes no capitalismo desde longa data. Há uma complementaridade, a escola submete-se a articulações que visem à manutenção da sociedade burguesa e suas características fundamentais nesse processo são de exclusão e separação. A novidade estaria na crise instaurada dentro do setor capitalista, revelando seu caráter endógeno: o capitalismo seria seu próprio criador de conflitos, pois para enfrentar a crise a principal solução apresentada é aumentar o mercado capitalista, forjando uma sociedade que além de corpos produtivos, também seja extremamente consumidora. Tendo em vista que o mercado é o causador da crise, a tendência é a ampliação desse problema.

O neoliberalismo dissemina dentro da educação um discurso de competitividade e oportunidade de empregos em momentos de crise, porém para os liberais, o fato é que nem todos conseguirão uma ascensão nessa sociedade capitalista, por isso a necessidade de impregnar a ideologia de sociedade competitiva e valorizar aqueles que se destacam por terem melhor se adaptado à lógica da exclusão, o que é conceituado para a sociedade como formação de

cidadãos criativos e com iniciativas dentro do mercado de trabalho (ANDRIOLI, 2002).

Dentro desse quadro desfavorável na política educacional, percebe-se uma prática que incentiva a exclusão de disciplinas científicas, dando ênfase ao ensino profissionalizante, garantindo a governabilidade que dê condições de um desenvolvimento dos negócios que abrangem ações diretas e de controle, em países chamados de terceiro mundo, estabelecendo um entrave na produção de conhecimento nesses países (ANDRIOLI, 2002).

Os ajustes neoliberais são amplamente difundidos e implantados pelos países, especialmente por entender que todos os problemas da humanidade podem ser resolvidos como uma instância de mercado, e também porque esta teoria seria prática e universal (MARTINS et al., 1999).

Todas essas mudanças são sentidas também na educação, que passa novamente a ser direcionada ao mercado de trabalho, sendo formadora de profissionais habilitados, numa criação de corpos dóceis. Aqueles que estão em situação privilegiada e podem pagar por melhores currículos e formas diferentes de educação o fazem, os que não podem passam a serem alunos de uma disseminação do neoliberalismo, ou seja, essa política passa a ser reproduzida na escola.

Perdeu-se nesse momento a essência de luta da educação que é entendida agora como uma fábrica, assim, a sua derrota é percebida como sendo problema dos seus gestores e do seu pessoal. A culpa dos problemas da educação passa a ser atribuída a professores e alunos, colocando-se o Estado como isento de sua responsabilidade.

Dentro desse quadro encontramos a precarização do trabalho de professor, que consiste na diminuição de garantias trabalhistas (refletida no grande número de contratados temporariamente) e no achatamento dos salários (MACHADO JÚNIOR; CONSTANTINO, 2010).

Neste ano a situação da educação nos estados de São Paulo e do Paraná, bem como a desvalorização dos salários dos educadores, levou os professores estaduais a entrarem em greve. Foi uma das mais longas e tensas de que se teve notícia.

Segundo dados do site Folha/Uol (<http://www.folha.uol.com.br/> acesso em 08 de Maio de 2015), os professores das redes estaduais do Paraná, tiveram sua primeira paralisação geral do ano, por tempo indeterminado, iniciada no dia nove de fevereiro de 2015.

A greve foi discutida e estabelecida por meio de uma Assembléia realizada na cidade de Guarapuava/PR, constituída pelos profissionais em conjunto e consenso da APP, que é o sindicato que representa os professores do estado do Paraná, sindicato esse que tem como presidente e ministro das organizações o professor Hermes Leão.

Mediante informações retiradas do site da APP (<http://www.appsindicato.org.br> acesso em 08 de Maio de 2015), a categoria justificou a paralisação, devido aos cortes de funcionários temporários feitos pelo governo, inúmeros atrasos salariais; promoções não efetivadas etc. Outro fator relevante para tamanha reivindicação foi a proposta do governador do Estado que inseria a ideia de um suposto corte do benefício do adicional por tempo de serviço (anuênio) e alteração do regime previdenciário dos servidores públicos do Estado.

Nesse mesmo dia, todos os funcionários do Estado recepcionaram os alunos e sociedade em geral em suas respectivas dependências escolares e se colocaram à disposição para esclarecimento dos motivos de tal paralisação, segundo a APP, não deixando a comunidade sem informações.

De acordo com o site EBC (<http://www.ebc.com.br> acesso em 08 de Maio de 2015), em relação ao que vinha acontecendo sobre a greve dos professores no Paraná, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, disse em entrevista à imprensa, que se ofereceu para mediar o diálogo dos professores com o governo do Paraná e que os docentes estavam otimistas com a ajuda; já o Estado diz que não foi procurado pelo Governo Federal.

No dia 29 de abril de 2015 professores e outros profissionais do funcionalismo público do Paraná e a Polícia Militar (PM) entraram em confronto, o que resultou em agressão, tendo como resultado pelo menos 170 manifestantes e 20 policiais feridos.

A secretária educacional do Sindicato dos Professores do Paraná (APP), Walkíria Olegário Mazeto, disse que o Ministério da Educação procurou o sindicato, mas a categoria entendeu que a pasta não poderia intervir em uma

das principais pautas: a não aprovação do projeto de lei que altera a previdência estadual.

Apesar de o Estado negar, o MEC ressalta que o secretário de Educação Básica, Manuel Palácios, conversou com o secretário de Educação do Estado, Fernando Xavier.

Os professores protestavam contra o projeto de lei que alterava a Previdência Estadual. O projeto foi aprovado e sancionado. A lei sancionada pelo governo altera o atual plano de previdência dos servidores, o Paraná Previdência, formado pelos fundos Militar, Financeiro e Previdenciário (<http://www.todospelaeducacao.org.br/> acesso em 08 de Maio de 2015).

Em 9 de junho de 2015 a greve foi encerrada, com a oferta de alguns reajustes salariais por parte do governo paranaense.

A greve no Estado de São Paulo

Os professores da rede estadual de São Paulo decidiram em 13 de março deste ano, em assembleia aberta no MASP, uma paralisação por tempo indeterminado, iniciada na mesma data. Segundo dados da APEOESP, (sindicato que encabeça as greves) cerca de 10 mil educadores aderiram à greve. (<http://www.apeoesp.org.br/> acesso em 08 de Maio de 2015).

No Estado de São Paulo a greve não foi geral. Alguns educadores optaram por continuar seu trabalho por medo do corte salarial, enquanto outros aderem ao movimento alegando defender seus direitos.

A greve se deu por meio da paralisação das aulas – em algumas cidades levando escolas a serem fechadas e professores, pais e alunos saíram às ruas em passeata com faixas de reivindicação.

Em assembléia no dia 08 de Maio de 2015, os educadores decidiram manter a greve e seguiram em caminhada até a marginal Pinheiros. As reivindicações foram desde o aumento de salário, que é a principal, até a luta por conselhos democráticos.

De acordo com o site G1:

A secretaria diz que "lamenta mais uma vez a decisão da Apeoesp de manter uma greve nitidamente contaminada por interesses incompatíveis com o momento econômico atual, que conflita com a harmonia que pauta o diálogo entre secretaria e professores e visa prejudicar o cotidiano de

quatro milhões de alunos e de seus pais. De acordo com os dados oficiais, o índice de comparecimento foi de 95% nesta semana, o que mostra que a grande maioria dos docentes permanece comprometida. Fonte: (<http://g1.globo.com/index.html> acesso em 08 de Maio de 2015).

Aqui, verificamos que o movimento não conta apenas com opiniões favoráveis. Mesmo os pais e alunos na maioria das cidades estando do lado dos professores, a mídia tenta de várias formas tamponar a gravidade do acontecimento.

Os professores enviaram uma carta aberta à comunidade justificando a continuação da paralisação no Estado e também reafirmando suas reivindicações.

De acordo com a APEOESP (<http://www.apeoesp.org.br/>, acesso em 08 de Maio de 2015), o sindicato ganhou liminar na Justiça para que não sejam descontados os dias parados, fazendo com que a greve se mantenha por tempo indeterminado; apresenta uma publicação de 08/05 apontando contradições nas propostas do governo.

A greve no estado de São Paulo encerrou-se em 12 de junho sem que a categoria conseguisse o reajuste salarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre políticas públicas de cunho neoliberal e os problemas em educação já possuem vasta literatura que não abordamos aqui. O que buscamos fazer foi o registro de um movimento de classe por melhorias de condições de trabalho que, a nosso ver, não poderia simplesmente passar em branco, perdido na velocidade das mudanças de interesses da grande imprensa.

A crescente precarização da profissão docente é acompanhada pela primazia dada ao ensino técnico, com sucateamento do ensino médio “comum” ou “tradicional”. O foco é a formação de mão-de-obra industrial da forma mais barata possível.

As greves e manifestações deste ano são mais um indício da postura que os governos dos Estados de São Paulo e Paraná tem adotado com relação às políticas educacionais que lhes cabem.

Não pretendemos atacar um grupo partidário específico, nem defender nenhum outro. Sabemos da dificuldade de se propor reflexão acadêmica no calor dos acontecimentos. Contudo, não podemos simplesmente silenciar diante de

ações como as agressões aos manifestantes ocorridas no Paraná ou a tática de afirmar que não havia greve perpetrada em São Paulo.

O ato de educar é sempre um ato político; negá-lo é recusar seu papel transformador. O psicólogo escolar e educacional, como educador que é, necessita conhecer os fundamentos das instituições em que se insere, as ações governamentais que influenciam diretamente em seu cotidiano e assumir postura crítica, que preze a ética, a valorização de todos os profissionais da educação e uma educação democrática, plural e humanizadora.

Aos educadores é necessária uma produção teórica pautada na prática, considerando todos os fatores ideológicos e políticos que envolvam o setor da educação. É preciso interagir com esse quadro, buscando uma transformação efetiva em sua ação educativa, com uma prática reflexiva, que busque a tomada de consciência, para que essa prática saia das reuniões e seminários e passe a agir dentro da escola, partindo de pequenas ações para conquistar grandes transformações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília: Unesco, 2002.

AGÊNCIA ESTADO. **Alckmin corta salário de professor, após TJ considerar greve abusiva**. Portal Uai, Nacional, 13/08/2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/08/13/interna_nacional,677909/alcmin-corta-salario-de-professor-apos-tj-considerar-greve-abusiva.shtml> Acesso em 08 mai. de 2015.

ANDRIOLI, I. A. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II. n.13, jun. 2002. Disponível em: <<http://espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

APP SINDICATO. Disponível em <http://www.appsindicato.org.br/>. Acesso em 08 mai. 2015.

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.apeoesp.org.br/>. Acesso em 08 mai. 2015.

ARAÚJO, Glauco. Professores de SP anunciam fim de greve após 3 meses de paralisação. Portal G1, São Paulo, 12/06/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/professores-estaduais-parados-ha-3-meses-decidem-pelo-fim-de-greve.html>> Acesso em 08 mai. 2015.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY M. **Por um novo paradigma de fazer políticas**: Políticas de/ para/ com juventude. Brasília, mai. 2002.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Disponível em <http://www.ebc.com.br>. Acesso em 08 mai. 2015.

ESTADÃO. Greve dos professores do Paraná termina após 45 dias. Portal UOL, UOL Educação, 09/06/2015. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/06/09/greve-dos-professores-do-parana-termina-apos-45-dias.htm>> Acesso em 08 mai. 2015.

FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000, p.83-84.

FOLHA UOL. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 08 mai. 2015.

FRANCISCO, A. O. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. (Sinprodf.org.br 2012/01/texto04).

MACHADO JÚNIOR, Luiz Bosco Sardinha; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. Neoliberalismo e políticas públicas de educação: a precarização do trabalho docente no Estado de S. Paulo. In CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte (org.) **Psicologia, Estado & Políticas Públicas**. Assis: Unesp, 2010.

MARTINS, C. B *et al.* As concepções de estado e as influências do neoliberalismo na política educacional. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, n. 2, p. 9-30, Nov 1999.

MARTINS, R. B. **Escola Cidadã do Paraná**: análise de seus avanços e retrocessos, 1997, Tese (Doutorado em Administração e Supervisão Escolar). Universidade Estadual de Campinas – SP.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em 08 mai. 2015.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

SOUZA. C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**, Sociologia, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p.20-45.

SPOSITO M. P.; CARRANO P.C.R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista brasileira de educação. Poços de Caldas, n. 24, p. 19-37, out. 2003.

TEIXEIRA, F, J, Soares. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez Editora, 1996, p, 252.